

STJ00102021

Celso Antonio Pacheco Fiorillo

Renata Marques Ferreira

Curso de Direito da Energia

Tutela jurídica da água, do petróleo, do gás natural, do biocombustível, dos combustíveis nucleares, do vento e do sol

3ª edição
revista, atualizada e ampliada
2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curio

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Daniel Pavani Naveiro

Coordenação geral Clarissa Baroschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Bernardete Rodrigues de Souza Mauricio

Arte e diagramação Jessica Siqueira

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Juliana Barmio de Sousa

Luciene Ruzzi Bracchi

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Camila Artioli Laureiro

Capa Raney Carmelo

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Gráfica Paym

Acabamento Gráfica Paym

ISBN 978-85-02-15581-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fiorillo, Celso Antonio Pacheco

Curso de direito da energia : tutela jurídica da água, do petróleo, do gás natural, do biocombustível, dos combustíveis nucleares, do vento e do sol / Celso Antonio Pacheco Fiorillo, Renato Marques Ferreiro. — 3. ed. rev., atual. e ampl. — São Paulo : Saraiva, 2015.

I. Direito de energia — Legislação I. Ferreiro, Renato Marques. II. Título.

CDU-34.620.91(81)(094)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Tutela jurídica de energia : Direito
34.620.91(81)(094)

Data de fechamento da edição: 4-5-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n.º 9.610/96 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

122.513.003.001

206935

Sumário

<i>Sobre os autores</i>	2
Capítulo I – Princípios estruturantes do direito constitucional ambiental ...	13
1. Noções preliminares	13
2. Princípio do desenvolvimento sustentável. A Rio+20 e a erradicação da pobreza como requisito indispensável visando implementar o desenvolvimento sustentável em todo o planeta	14
3. Princípio do poluidor-pagador e a interpretação do Supremo Tribunal Federal	17
3.1. Responsabilidade civil objetiva	18
3.2. Prioridade da reparação específica do dano ambiental.....	20
3.3. Poluidor	21
3.4. Dano ambiental	23
3.5. O dano e suas classificações: dano material, dano moral e dano à imagem em face dos bens ambientais	24
3.6. Solidariedade para suportar os danos causados ao meio ambiente	31
4. Princípio da prevenção.....	34
4.1. Prevenção ou precaução? O art. 225 da Constituição Federal e o dever de preservar os bens ambientais com fundamento na dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), assim como nos valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa (art. 1º, IV, da CF) ..	37
5. Princípio da participação	40
5.1. Informação ambiental	42

5.2. Educação ambiental	43
5.3. Política nacional de educação ambiental	44
6. Princípio da ubiquidade.....	45
7. O denominado “princípio” da vedação do retrocesso, suas atuais referências no Supremo Tribunal Federal e eventuais aplicações no direito ambiental constitucional brasileiro	46
Capítulo II – Bens ambientais	51
1. Introdução	51
1.1. O bem ambiental criado pela Constituição Federal de 1988 como terceiro gênero de bem e a contribuição dada pela doutrina italiana em face da análise dos direitos metaindividuais.....	52
2. Classificação dos bens quanto à titularidade: bem público e bem particular	80
2.1. A dicotomia entre o bem público e o bem privado	81
3. A distinção entre os bens públicos e os bens difusos. A interpretação do Supremo Tribunal Federal: os arts. 2º da Lei n. 8.176/91 e 55 da Lei n. 9.605/98 tutelando bens jurídicos distintos	82
4. Os bens ambientais	85
4.1. Bem de uso comum do povo.....	86
4.2. Bem essencial à sadia qualidade de vida	86
5. Piso vital mínimo e a “tese” da “reserva do possível” (<i>Der Vorbehalt des Möglichen</i>)	87
6. Os bens ambientais atribuídos a entes federados	89
7. A natureza jurídica do bem ambiental e o direito de propriedade....	90
Capítulo III – A tutela constitucional dos recursos naturais em face do meio ambiente natural no direito ambiental brasileiro	99
Capítulo IV – Tutela jurídica da energia vinculada ao direito ambiental brasileiro	101
Capítulo V – Tutela jurídica da água: os recursos hídricos, a geração de energia elétrica e a Lei n. 9.433/97	107
1. Introdução	107

2. Classificação	110
2.1. Quanto à sua localização com relação ao solo.....	110
2.2. Quanto ao uso predominante (conforme a Resolução Conama n. 20/86)	110
3. Competência legislativa.....	110
4. Competência material.....	111
5. Águas no novo Código Civil (Lei n. 10.406/2002)	111
6. A água como recurso hídrico para fins de geração de energia elétrica e as Leis n. 9.427/96 (Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplinando o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica) e 9.433/97 (Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos)	123
Capítulo VI – Tutela jurídica do petróleo.....	127
1. O petróleo e sua utilidade para a pessoa humana.....	127
1.1. O que é o petróleo e do que é composto	128
1.2. A origem do petróleo	135
1.3. A distribuição mundial de petróleo.....	138
1.4. O petróleo como recurso esgotável	143
2. A civilização do petróleo	147
3. O petróleo no Brasil.....	174
3.1. Primeiras perfurações: o regime inicial da livre-iniciativa	174
3.2. Monteiro Lobato e o petróleo no Brasil	177
3.3. A Petrobras e a nova tutela do petróleo	185
3.4. A Petrobras e o petróleo no final do século XX e início do século XXI: da euforia do pré-sal à Operação Lava Jato.....	193
4. A tutela jurídica do petróleo antes da Carta de 1988.....	206
4.1. O petróleo na Constituição de 1824 e legislação infraconstitucional.....	206
4.2. O petróleo na Constituição de 1891 e legislação infraconstitucional.....	209
4.3. O petróleo na Constituição de 1934 e legislação infraconstitucional.....	212
4.4. O petróleo na Constituição de 1937 e legislação infraconstitucional.....	217

4.5. O petróleo na Constituição de 1946 e legislação infraconstitucional.....	219
4.5.1. A Lei n. 2.004/53: a Lei Petrobras.....	222
4.6. O petróleo na Constituição de 1967 – EC n. 1/69 e legislação infraconstitucional	226
5. Constituição de 1988 e o petróleo: o petróleo como bem ambiental..	229
5.1. A Lei do Petróleo (Lei n. 9.478, de 6-8-1997) e a inconstitucionalidade do critério de “compensação financeira limitada”	236
5.2. Fundo para a distribuição constitucional dos valores relativos aos <i>royalties</i> do petróleo, bem ambiental.....	244
Capítulo VII – Tutela jurídica do gás natural em face do direito ambiental brasileiro.....	265
1. Gás natural como bem ambiental	265
2. Gás natural como atividade destinada a produzir energia: a exigência constitucional de estudo prévio de impacto ambiental para sua instalação. O uso do gás em face do princípio da prevenção	268
3. Sanções penais, sanções administrativas e obrigação de reparar os danos causados por atividades vinculadas ao uso do gás natural	273
Capítulo VIII – Tutela jurídica da biomassa renovável (biocombustível): o biocombustível e o biodiesel.....	275
1. Introdução	275
2. Tutela jurídica da biomassa renovável em face da agropecuária sustentável	276
2.1. Fundamentos constitucionais da agropecuária como atividade econômica: agricultura e sua tutela jurídica	276
2.2. A agricultura no plano jurídico ambiental em face do controle territorial.....	282
3. O biocombustível e o biodiesel em face da Lei n. 9.478/97.....	285
Capítulo IX – Tutela jurídica dos combustíveis nucleares e a energia nuclear.....	287
1. Os combustíveis nucleares (urânio, plutônio e tório) como bens ambientais	287

2. Reator nuclear como atividade destinada a produzir energia com combustíveis nucleares: a exigência constitucional de estudo prévio de impacto ambiental para sua instalação. O uso dos combustíveis nucleares em face do princípio da prevenção.	304
3. Finalidades das atividades nucleares	316
4. Competência	317
5. Política nuclear na Constituição Federal	317
6. Sanções penais, sanções administrativas e obrigação de reparar os danos causados por atividades que usem combustíveis nucleares: a responsabilidade constitucional por dano nuclear	319
7. Comissão Nacional de Energia Nuclear	323
Capítulo X – Tutela jurídica do ar (vento) e a energia eólica em face do direito ambiental brasileiro	325
1. Energia eólica como bem ambiental	325
2. Usina eólica como atividade destinada a produzir energia elétrica com o uso dos ventos: a exigência constitucional de estudo prévio de impacto ambiental para sua instalação. O uso dos ventos em face do princípio da prevenção.....	329
3. Sanções penais, sanções administrativas e obrigação de reparar os danos causados por atividades que usem o vento (usinas eólicas)	334
Capítulo XI – Tutela jurídica do Sol (estrela) e a energia solar em face do direito ambiental brasileiro	335
1. Energia solar como bem ambiental	335
2. O Sol como fonte de energia alternativa definitiva e os métodos usados para aproveitar a energia da estrela: a exigência constitucional de estudo prévio de impacto ambiental. O uso dos métodos usados para aproveitar a energia do Sol em face do princípio da prevenção...	337
3. Sanções penais, sanções administrativas e obrigação de reparar os danos causados por atividades vinculadas ao uso do sol	342
<i>Bibliografia</i>	345